

UMA LONGA HISTÓRIA

A LONG STORY

Guilherme Leão Melo¹

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Editor-Chefe da Revista Res Severa Verum Gaudium.

RESUMO

Prefácio ao décimo volume, primeiro número, da Revista Res Severa Verum Gaudium.

ABSTRACT

Preface to the tenth volume, first number, Res Severa Verum Gaudium Review.

REFERÊNCIA: MELO, Guilherme Leão. Uma longa história. **Res Severa Verum Gaudium**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 5-25, ago. 2025.

“¿Juráis que, fieles a un sentimiento irrenunciable de liberación de la justicia, la verdad, la belleza, no retrocederéis frente a la amenaza de los fantasmas de la angustia, de la soledad, de la locura y seréis fieles antes que a nadie a vuestra voz interior?”

(JURAMENTO ATHANASIANO ante la linterna mágica, Fernando Birri)

Dez volumes, cada qual composto de dois números, compreendem um monumento vultoso para um período científico gerido e conduzido exclusivamente por estudantes de graduação, demonstrando a consolidação deste projeto e a força e vivacidade do bom protagonismo estudantil. Porém, sua história vai muito mais longe, estendendo-se décadas e décadas para além da fundação no ano de 2009. A Revista Res Severa Verum Gaudium insere-se numa rica e pujante tradição cultural de 125 anos de pensamento jurídico e literário semeada e florescida no seio da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, coroando, assim, um processo formado por centenas e centenas de pessoas que a antecederam.

Tendo em vista que somos somente uma pequena parte da referida história, mas também que nos pretendemos artífices de sua expansão e engrandecimento, no contexto de aurora do segundo quartel do século XXI, nada mais pertinente que um esforço de resgate de todo o caldo cultural o qual nos conduziu até aqui. Além disso, a fim de contar a história vivida nas arcadas desde o princípio do século XX, nada mais adequado que dispor da condução de uma pessoa que, por si própria, por sua família e por seus discípulos, viveu tantos desses anos, vindo, posteriormente, a tornar-se uma das grandes referências no direito brasileiro atual: Judith Hofmeister Martins-Costa. De tais considerações, surgiu a concepção de um evento comemorativo, em alusão aos marcos de quinze anos de criação da Revista

Científica dos Estudantes de Direito da UFRGS e de dez volumes lançados, o qual veio a materializar-se no dia 5 de maio de 2025. É a tal propósito que discorrerei no presente prefácio, entrelaçando-o, em seus nexos, com a história da Faculdade e da Revista e, enfim, concluindo com uma nota final sobre pertencimento.

O que dizer desse evento? Tudo, absolutamente tudo. Foi, sem sombra de dúvida, um dos eventos mais bonitos e emocionantes os quais eu tive a alegria de presenciar, ao longo de cinco anos, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nele, foram abordados os temas que realmente importam para o bom jurista, hoje e sempre — aqui, destaco aquilo que considero como o grande desafio para o direito brasileiro no século XXI: a demarcação da intersecção entre a seriedade da ordem jurídica, com o respeito à lei e a sua estrutura formal, de um lado, e, de outro, a abertura aos influxos filosóficos, culturais, sociais, políticos e artísticos. A prevalência de um ou outro polo leva à ruína do direito, por isso o dilema, para o Brasil, é, ou ao menos deve ser, a identificação do ponto de equilíbrio. Disso depende a instauração de um verdadeiro Estado de direito no país. Só assim será possível avançar, e, por meio da “história vivida e contada” pela Professora, nós, jovens juristas, obtivemos instrumentos cruciais para a consecução de tais objetivos.

A fala teve por título “Uma história do pensamento jurídico, literário e artístico na Faculdade de Direito da UFRGS”. Logo, fomos conduzidos através de décadas de memória de produção intelectual oriunda desta Casa. Foi uma avaliação profunda e pujante, desde os anos 1950 até o início do século XXI, a tratar de autores de literatura científica e ficcional os quais passaram pelos mesmos corredores que nós — dentre eles, cabe ressaltar, desde já, Raymundo Faoro, Paulo Brossard, Michel Laub e Mariana Pargendler —, bem como de seus respectivos repositórios de conhecimento e reflexão.

Assim, por sua relevância, que expus acima, permito-me, adiante, transcrever a fala da Professora, em seus destaques, a fim de viabilizar, ao registrar por escrito, tantas contribuições fundamentais as quais de tal fulcro podem advir, seja no tangente ao passado, seja no tocante ao futuro:

Eu hoje aqui estou, dando conta de minha memória e sentindo-me como um dos rapsodos da Grécia Antiga, poetas ambulantes que recitavam epopeias de cidade em cidade, coligindo fragmentos de narrativas com vistas a criar um todo.

É o que eu farei, esperando que os que têm memória dos acontecimentos que eu narrarei completem-nos com suas narrativas.

Guardar e reproduzir a memória de quem fez e faz a história da Faculdade — os estudantes da graduação, os “alunos raiz” — é imprescindível.

Memória é aquilo que ficou do passado, das representações sociais sobre o passado. Na Faculdade de Direito da UFRGS, hoje, são poucos os que têm a memória de pelo menos cinco anos de um passado compartilhado. Assim, o exame das revistas realizadas pelos estudantes parece-me um caminho bem seguro para recuperar pedaços dessa memória.

Uma revista constitui uma instituição cultural — em linguagem bourdieusiana, revistas conformam um campo, isto é, um sistema de relações sociais que possui uma lógica particular, condicionadora de sua evolução. Elas podem ser vistas como testemunhas de uma história da cultura, de modalidades de valores, de critérios críticos e até estéticos, que indicam qual foi a sensibilidade e a historicidade de uma época. Portanto, revistas são, concomitantemente, um microcosmo intelectual, viveiro e espaço de socialidade, lugar precioso para a análise do movimento de ideias.

Eu busquei, para esse pedaço de narrativa, as revistas de estudantes desta Faculdade, das quais eu tinha memória — algumas por tê-las vivido, outras por ter-me sido narrada sua existência.

Lembrei de quatro revistas, indicativas de períodos que separei por décadas. Estas décadas têm, entre elas, um *intermezzo* doloroso, que foram os anos da ditadura — desse período, eu não tenho memória de revistas, embora tenha muitas memórias.

São as revistas: nos anos 1940 e 1950, a Revista do Grêmio Universitário Tobias Barreto e a Revista do Grupo Quixote, com a figura solar de Raymundo Faoro; nos anos 1960 e 1970, esse *intermezzo* doloroso, com alguns episódios que eu referirei; nos anos 1980, 1990 e 2000, A Toga e *L’Ami du Peuple*; nos anos 2010, a Revista “Res Severa” e, novamente, A Toga.

Nos anos 40 do século passado, Porto Alegre considerava-se uma grande cidade, tinha quase cinquenta mil habitantes. Era uma cidade com pretensões de modernidade. Na literatura, tínhamos Erico Verissimo, Mário Quintana, Reynaldo

Moura e Dyonélio Machado. Tínhamos dois centros culturais muito atuantes: a Livraria do Globo, na Rua da Praia, e a Faculdade de Direito. A Faculdade de Letras e a Faculdade de Ciências Sociais só serão criadas muito mais tarde, nos anos 1960 ou 1970.

Raymundo Faoro — este intérprete do Brasil, homem com uma finura e perspicácia insuperáveis, autor de *Os donos do poder*, no qual revelou todas as nossas desgraças, que até hoje atingem-nos — chega em 1943 a Porto Alegre para cursar Direito. Enquanto caminhava pelas ruas do centro da cidade, certamente enxergaria os intelectuais “medalhões”, cujos dotes eram medidos pelo excesso de erudição formal e pelas homenagens públicas, traços que até hoje nós encontramos nos “medalhões”. Logo ali, os jovens homens, descendentes de famílias alemãs, bebem chope nos bares, aguardando o momento de assumirem um cargo nas empresas dos pais, conforme Faoro virá a escrever.

Nos anos que passou nesta Faculdade, de 1943 a 1948, Faoro esteve no centro de um grupo de intelectuais chamado Grupo Quixote, responsável pela criação de uma revista de mesmo nome. Eram todos alunos da Faculdade: Silvio Duncan, Paulo Olinto Viana, Jorge Rafael Cezar Moreira, Wilson Chagas, Fernando Jorge Schneider — esse último veio a ser Diretor da Faculdade, era o Diretor à época em que eu fui aluna. A Revista Quixote foi criada em 1946 e seu brado era do espanhol Miguel de Unamuno: “Vamos fazer uma barbaridade!”.

No editorial do primeiro número, Duncan, Faoro e Paulo Hecker Filho escrevem: “Esta revista não é um movimento, mas uma tentativa, uma tentativa de itinerário que corporifica um anseio de libertação. Um movimento não se cria nem se impõe, tem um momento exato de aparecer e de influir nos destinos de uma geração. Por que então o Quixote? Porque existe entre os novos um certo número de preocupações e ideais que não encontrariam expressão adequada e autêntica nos quadros intelectuais existentes. [...]. Investe-se é contra o marasmo e suficiência, contra a falta de influxo criador autêntico na geração que detém a liderança intelectual.”

Essa revista durou muito pouco, produziu só cinco números, mas teve uma importância absolutamente capital. Expirou em agosto de 1952. Foi, sem dúvida, a mais relevante revista cultural produzida por alunos da Faculdade de

Direito. Sua meta era enfrentar os quadros intelectuais então dominantes e assumir uma posição revolucionária no campo intelectual.

Em depoimento dado em 1980 ao jornal *Correio do Povo*, Faoro escreveu: “As discussões tinham sempre um timbre, embora nem sempre autêntico, embora nem sempre derivado da leitura ou da meditação, marcadamente filosófico. [...]. Sempre com a visão dos corredores e das salas de aula, e nunca da cátedra, o ardente e ingênuo filosofismo envolvia o dissídio político. [...]. Nesse tempo, irrompeu, na Faculdade de Direito, vindo de fontes partidárias e não partidárias, o estudo do marxismo e das ciências sociais, fertilmente regadas pelo submerso rio positivista.”

Observa-se, o Rio Grande do Sul sempre foi muito positivista, não por acaso nós tivemos aqui o templo positivista.

A Revista Quixote era bastante centrada na poesia e dependente do trabalho de vários poetas críticos, como Paulo Hecker Filho, Vicente Moliterno Mota — que foi meu tio e morreu muito cedo — e João Francisco Ferreira — que, já bem velho, chegou a ser meu professor, quando eu cursei Jornalismo. Era uma revista modernista e aplicava uma leitura modernista para análise da literatura do extremo sul do Brasil. Eles não queriam “coisas” de gauchismo e folclore *fake*. Aplicavam esta leitura modernista a autores como Simões Lopes Neto. Traziam ideias que buscavam afastar a literatura do Rio Grande do Sul do regionalismo folclórico e dos temas locais. Nós sempre fomos muito provincianos, e éramos mais ainda do que somos hoje. Pretendiam afastar-se do marasmo imperante entre a classe intelectual rio-grandense da época, composta, como diziam eles, desses “medalhões”.

Paulo Augusto Franco de Alcântara, professor da Universidade de São Paulo, que está escrevendo sobre os diários inéditos de Faoro, aponta ainda uma série de questões ainda abertas e em investigação: Quais eram as referências teóricas e acadêmicas de Faoro durante seus anos de Faculdade? Como eram as relações travadas entre estudantes, professores, funcionários? Sob quais condições materiais Faoro construiu sua trajetória? Como era o ensino e quais eram as lacunas desse ensino na Faculdade de Direito? Qual era a concepção de Faoro sobre o ensino nos anos 1940? Como a Faculdade impactou, ou não, sua formação

intelectual? De que modo a formação acadêmica abordava, ou então ignorava, as contradições de classe e de raça que emergiam, com muita intensidade, no processo de modernização de Porto Alegre?

Pistas para esses pontos pode-se encontrar em algumas das cartas de Faoro a seu melhor amigo, Jorge Rafael Cezar Moreira, que foi, inclusive, o revisor de *Os donos do poder*. São cartas muito interessantes, sobre as quais escrevi um artigo, publicado em livro do historiador Carlos Guilherme Mota, a propósito dos intelectuais que fizeram o Brasil.

Nos anos 1980, o professor da Faculdade de Direito da UFRGS, na disciplina de Teoria do Direito, pede aos alunos que entrevistem um jurista, para que ele fale sobre o direito. Como Faoro recém tinha sido presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, num momento fundamental de nossa história, o início da redemocratização, Raul Justino Moreira — filho de Jorge Rafael Cezar Moreira — escreve a Faoro. Pergunta como é ser advogado e qual é sua percepção com relação ao modelo de advogado que ele representa e ao modelo de advogado que, a partir dos anos 1980, começa a se instalar no Brasil.

Faoro dá sua visão sobre o papel social do advogado, a quem deve ser inafastável — diz ele — a preocupação com o bem público e o papel de liderança na comunidade. Faoro estabelece uma comparação entre o advogado como conselheiro e liderança da comunidade, de um lado, e, de outro, o advogado como sócio de firma estadunidense, que estava começando a surgir naquele momento, só preocupado com a ascensão profissional e financeira — sem nenhum estudo, sem nenhum amor à literatura, à história e às ciências sociais, um técnico absolutamente desligado de seu entorno cultural.

Faoro rejeita, nessa carta, o confinamento do advogado ao papel de mero técnico da legalidade. Diz: “o advogado é um transmissor da cultura”. De novo, aí, o papel da memória. Por isso, ele via o direito, como eu também, enquanto absolutamente indissociável da cultura e da história.

Segundo Faoro, um dos grandes males no Brasil, que atingia basicamente os egressos das Faculdades de Direito, era o jurismo, “esse simulacro pelo qual nos ocupamos em construir com a lei, e não com os fatos, sofrendo então nossas instituições de artificialismo, porque nascem mais por enxerto do que nutridas

pelo solo natural”. Um exemplo marcante disso está no Projeto de Reforma do Código Civil brasileiro, que traz institutos estrangeiros totalmente afastados de nossas raízes.

No mesmo ano em que Faoro ingressou na Faculdade de Direito, também ingressou Paulo Brossard de Souza Pinto, cuja carreira foi muito próxima da de Faoro, já que foi um colaborador ativo da Revista Quixote, tendo também atuação na outra revista existente à época, a Revista do Grêmio Universitário Tobias Barreto.

Não é por acaso esse nome. Tobias Barreto é o epígono daquilo que Miguel Reale veio a chamar de culturalismo, o qual deixou uma marca profunda em nossa Faculdade de Direito. Em outro artigo, eu busquei investigar essa influência. Veio com nossos primeiros professores, oriundos do Nordeste, como juízes de fora, trazendo ideias e livros, transmitindo essas narrativas àqueles que foram seus alunos.

A Revista do Grêmio Universitário Tobias Barreto foi uma revista também muito, muito importante. Um evento marcante da vida acadêmica de tal grupo deu-se quando os estudantes decidiram trazer a Porto Alegre um dos maiores processualistas da época, que era o uruguaio Eduardo Couture. Então, Couture veio a Porto Alegre, mas a maioria das pessoas não sabia quem ele era. Ele vinha dar três palestras. A primeira sessão foi um vexame, a plateia do Salão Nobre da Faculdade estava quase vazia. Os alunos, desesperados, saíram, Rua da Praia afora, pois a Rua da Praia era o centro intelectual de Porto Alegre, convidando as pessoas, quase que as coagindo, a comparecerem às demais palestras. Foi um sucesso, as palestras lotaram.

Couture ficou impressionado. Ficou tão entusiasmado que veio muitas outras vezes a Porto Alegre. Acabou participando da banca de concurso, para professor da Faculdade, de Galeno Lacerda, um dos dois grandes processualistas da história da Faculdade de Direito da UFRGS, ao lado de Ovídio Baptista da Silva. Couture acabou tendo, assim, uma influência intelectual bastante grande. Por quê? Pela mão dos estudantes, que saíram recorrendo Rua da Praia afora e encantaram Couture com seu interesse cultural.

Num discurso proferido em comemoração aos sessenta anos de sua formatura, publicado na Zero Hora de 17 de dezembro de 2007, Paulo Brossard rememora: “A vida acadêmica não se esgotava na Faculdade, ela se estendia a uma área de imaginária continuidade: era a Rua da Praia um prolongamento da Faculdade, ou seu complemento. A Rua da Praia era um condomínio acadêmico.”

Isso segue anos 1950 afora, ainda marcando muito as gerações que passaram pela Faculdade naquele período, até que chegamos ao *intermezzo* doloroso dos anos de chumbo, cuja memória ainda está por ser contada e recuperada.

Há de se recordar, contudo, um episódio: Brossard, que à época já era considerado um grande constitucionalista, resolve prestar concurso para professor de Direito Constitucional na Faculdade, no início dos anos 1960. O concurso, contudo, é fechado, não se realiza. Ainda assim, a Congregação decide contratar Brossard. Ele, durante dez anos, deu aulas na Faculdade, às quais todos acorriam, pois ele era um grande orador, professor notável. Porém, ele nunca teve contrato, não recebia, deu aula durante dez anos de graça. Isso com grandes sacrifícios, pois era deputado federal, então desdobrava-se entre Brasília e Porto Alegre.

Quando sobrevém o golpe militar, evidentemente as aulas de um professor de Constitucional independente tornam-se insuportáveis para o poder, principalmente para o reitor à época, Eduardo Faraco, que era também médico cardiologista de Emílio Garrastazu Médici — quem lida com o coração do ditador tem um poder enorme sobre ele. Então, Faraco mandava e desmandava, como bem entendia. Ele não conseguia suportar a independência de Brossard. Tanto fez que conseguiu que esse fosse demitido, depois de dez anos dedicando-se aos alunos da Faculdade sem ganhar “um tostão”.

Chegamos aos anos 1980. Aí, renasce A Toga. Existia desde 1949, criada por Nicanor da Luz e José Dall’Agnol, dois alunos da Faculdade. Era um espaço ligado ao Centro Acadêmico e à representação dos estudantes, com grande debate nos campos político, jurídico e cultural. Nos anos de chumbo, A Toga deixa de circular, pois, evidentemente, um jornal com essas características é incompatível com a ditadura. Essa história está narrada no editorial do primeiro número de 1990. A Toga retorna com a consolidação da retomada democrática no país.

Fabiano Engelmann — egresso da Faculdade de Direito e hoje professor de Ciência Política na UFRGS —, num artigo que escreveu por volta de 2010, propõe um esquema de análise muito interessante para apreensão dos padrões de estruturação do campo jurídico que se configura com a redemocratização do país a partir de 1979, face a todos os movimentos políticos que marcaram a época, como Diretas Já, Assembleia Constituinte, etc. Esses conviveram basicamente com a emergência das condições e possibilidades do direito ser visto como um instrumento de transformação social, em detrimento da relação tradicionalmente mantida pelos juristas, do direito como um instrumento de conservação social.

Engelmann analisa, nesse período, a emergência das condições institucionais para formação de mestres e doutores. Isto também ocorreu nessa época. O professor, até aí, era um prático, um advogado ou desembargador. Porém, surge, nessa altura, um movimento de profissionalização da carreira docente, com os cursos de mestrado e doutorado. Direito foi uma das últimas áreas a ter seus mestres e doutores. Inclusive, quando Clóvis do Couto e Silva criou o Mestrado na Faculdade de Direito da UFRGS, alguns professores, que eram desembargadores, queriam ser professores do Mestrado, como se o título de desembargador fosse um título acadêmico, e ficavam muito injuriados ao receber a negativa.

Dentre os movimentos jurídico-sociais mais representativos à época, cita-se o movimento do Direito Alternativo, que surge a partir da mobilização de um grupo de magistrados, principalmente magistrados do trabalho, e de redes e ONGs de advogados que atuam em causas coletivas, por exemplo conflitos agrários e atinentes a direitos humanos. Nesta época, começa a se falar, pela primeira vez, em direitos ambientais, direitos da infância e da adolescência, direitos da mulher, movimentos de trabalhadores sem terra, que foram todos muito importantes.

Isso leva a uma grande politização do direito na década de 1990, mas que já vem sendo preparada desde os anos 1980, porque, obviamente, a história não se faz num clique, ela é sempre um processo.

Nessa época, também começa a mobilidade social no direito. O direito era, quase, um sistema de capitâneas hereditárias. Passa a existir uma mobilidade

social importante na magistratura, com o surgimento de advogados engajados em causas coletivas.

Engelmann diz: “Trata-se de fenômeno presente de forma mais explícita no âmbito do direito do trabalho, na advocacia para sindicatos de trabalhadores, num primeiro momento, e também na década de 70, na defesa de presos políticos e nas redes internacionais de advocacia relacionada ao movimento de defesa de direitos humanos. [...] Como resultado do fenômeno de diversificação das origens sociais, políticas e geográficas dos juristas, ocorre um conjunto de definições e usos do direito, que tem na redefinição institucional e nas mobilizações advindas em torno da Constituição de 1988 momento mais favorável para sua emergência.”

Tudo isso desemboca, portanto, na Constituição de 1988, mas reflete-se, também, na imprensa acadêmica. O jornal *A Toga* recebe uma grande reforma estatutária. A partir daí, se examinarmos os números d’*A Toga*, veremos uma série de matérias e editoriais acerca de: “Crise do ensino jurídico brasileiro”, “Cultura, elemento da sociedade”, “Juventude & Vanguarda”. Os títulos mudam completamente em relação àquelas revistas anteriores.

A Faculdade e seu jornal, *A Toga*, entram firme na campanha “Diretas para Reitor”. Foi um movimento que polarizou muito os estudantes e, afinal, provou-se exitoso, com a implantação, embora não de diretas, mas de um sistema misto.

Pela primeira vez, alunas na Faculdade demonstram voz ativa, num ambiente por tantos séculos totalmente masculino. Eu ressalto duas, que foram diretoras d’*A Toga*: Cristiane Avancini Alves, em 1997, e Laura Beck Varela, em 1998 — essa última hoje professora titular na *Universidad Autónoma de Madrid*.

Tal movimento político-cultural também resulta em novos abandonos da Faculdade. Assim como aqueles que preferiam a literatura e as ciências sociais ao direito, nos anos 1940, na época da *Quixote*, tinham saído do direito, ou pelo menos dividiam essa atividade com outras áreas, nós tivemos pelo menos dois alunos da Faculdade de Direito da UFRGS que vieram a se tornar escritores muito conhecidos e muito premiados: Michel Laub e Paulo Scott.

Michel Laub, logo que saiu da Faculdade, em 2001, lançou um romance, chamado *Música anterior*, o qual em seguida recebeu o Prêmio Erico Verissimo,

da União Brasileira de Escritores. Depois, escreveu *Diário da queda*, no qual aborda sua origem judaica a partir dos diários de seu avô, um sobrevivente do campo de Auschwitz. Ele ganha vários prêmios com esse livro. Tem uma produção enorme, é um dos melhores escritores brasileiros, segundo *ranking* da revista inglesa *Granta*.

Paulo Scott vem da PUCRS, mas realizou na UFRGS mestrado em Direito Público. Tem também muitos prêmios. Escreveu o livro *Marrom e Amarelo*, que eu li com o maior encanto, e inclusive encontra-se hoje traduzido para o inglês.

Outros alunos sentiam-se sufocados pela mesquinhez da política universitária. A profissionalização do professor — mestrado e doutorado, CAPES, etc. — levou também a uma grande possibilidade de manipulação da carreira acadêmica. Como sabemos, a mesquinha é um vírus que realmente está incrustado na universidade. Então, alguns dos alunos partiram, como por exemplo Claudio Michelin, que hoje é professor catedrático na Universidade de Edimburgo, e Laura Beck Varela, já referida.

Nesse momento, final dos anos 1990, também surge um jornal, que foi pequeno e breve, mas também um dos movimentos mais interessantes que esta Faculdade já teve. Era um jornal satírico e cultural, mas de uma extrema finura, de uma extrema cultura. Chamava-se *L'Ami du Peuple* (O Amigo do Povo). Encontrava-se na Faculdade um grupo de alunos muito, muito inteligentes, cultos e divertidos, com espírito de humor realmente muito fino. Esse grupo denominava-se “Os Jacobinos”. Tinham pseudônimos copiados, em sua maioria, de personagens da Revolução Francesa — Diderot, Marat, Montesquieu, Danton —, de escritores — Camus, Sartre — e de filósofos — Giambattista Vico.

Desse grupo faziam parte: Marcos Ludwig, Felipe Flores Pinto — hoje diplomata —, Ricardo Waldman, Alfredo Flores — hoje professor da Faculdade —, Elton Somensi, Klaus Koplin — também professor da Faculdade —, entre outros. Era um grupo ideologicamente muito heterogêneo e majoritariamente masculino. Porém, eles se entendiam muito bem. Lançaram, em junho de 1997, *L'Ami du Peuple*.

É um jornal muito divertido. Era de uma inteligência, de uma sátira, de uma finura, com críticas aos professores, às estruturas burocráticas da Universidade. Era muito, muito bom. Eles têm um texto cheio de intertextualidade, repleto de referências literárias, políticas, históricas.

O primeiro número anuncia:

“Alvíssaras! O triunfo da memória é o triunfo do espírito. Há os que cultivam a memória e os que buscam seu refúgio no esquecimento, contando, assim, com o encobrimento de seus crimes pelo véu da ignorância.

O equestre general [João Figueiredo] pediu que o esquecessem.

O principesco sociólogo (que também tem seus arroubos de general) [Fernando Henrique Cardoso] pediu que esquecessem tudo que havia escrito.

O enxadrista russo quer esquecer a Máquina Azul.

Devemos nos esquecer dos egressos desta Casa que se levantaram contra o autoritarismo?

Ou daqueles que amarraram seus cavalos no obelisco e tomaram para si as rédeas do país [Getúlio Vargas]?

Ou ainda das penas brilhantes que deram novos contornos à doutrina?

Será o tarro dos dejetos alimentares o destino final de nossa memória?

Daremos a solução final acendendo uma pira de livros e quadros de formatura em homenagem à Vaterland do obscurantismo e da estupidez?

Lembremos! E que nossa memória seja a salvaguarda para que 2004 não seja 1984.

Vive la Révolution!”

Um conteúdo muito político, mas satírico. Eles tinham uma luta muito séria e muito forte para reforma nos métodos de avaliação discente. Protestavam contra a cultura da violência exercida pela política sobre os sem-terra, com violações de direitos humanos. Promoveram entrevistas com políticos, a exemplo de Leonel Brizola, que então voltara do exílio. Já defendiam pautas acerca de preservação do meio ambiente.

É um jornal cuja memória, acho eu, não deve ser esquecida. Foi um movimento de muita inteligência, e a inteligência há de ser, sempre, preservada.

Ao mesmo tempo, continuava o Centro Acadêmico com A Toga, que também fez uma entrevista com Brizola. O jornal tinha editoriais fortes em relação a suas pautas. Lembro de um chamado “O bicho vai pegar”.

Estávamos, aí, já na primeira década do século XXI, com uma grande mudança do entorno sociocultural e do perfil dos professores. A democracia encontrava-se relativamente assentada. A luta política mais direta podia ser combatida em outras frentes, como meio ambiente, direitos das minorias, etc.

A Toga dá uma virada. Além dos assuntos acadêmicos, começam a ser discutidos projetos de expansão da Faculdade.

Até então, ingressavam, por ano, quarenta alunos na manhã e quarenta na noite. Toda a Faculdade compreendia oitocentos alunos. Evidentemente, tinha seus males, como também seus bônus. Uma turma pequena assegurava um contato maior dos professores com os alunos, aulas bastante fiscalizadas pelos alunos, etc. Por outro lado, existia o mal do elitismo.

A Toga passa também a dar muitas notícias sobre decisões jurisprudenciais relevantes, como por exemplo o reconhecimento da união homoafetiva, em 2011.

Chegamos, finalmente, a 2009, quando nasce o motivo pelo qual eu estou aqui hoje falando tanto. É a Revista *Res Severa Verum Gaudium*.

O que, então, eu desejava? Que a Faculdade de Direito, por seus alunos de graduação, que são seus personagens “raiz”, pudesse voltar a navegar numa dimensão cultural, a qual foi perdida, singrando a travessia da tradição para a inovação. Eu lembro sempre de uma frase de Che Guevara, que marcou minha adolescência, aos 16, 17 anos, quando eu me preparava para entrar na vida acadêmica: “Pés na terra, coração e cabeça nos ares do mundo.” É uma belíssima frase. Nós só conseguimos sair para o mundo e ser do mundo quando conhecemos nossas raízes, nossa tradição cultural. Pontua-se, contudo: a tradição não é para ser homenageada, não é para ser louvada. É para ser conhecida e, quando necessário, ultrapassada.

Hoje, a Faculdade é outra, e assim é sempre, com relação àquela que me viu como aluna e àquela que me viu como professora. Tudo muda incessantemente.

A “Res Severa” propôs-se, em seu ato de criação, a ser o repositório e o bastião da produção acadêmica dos alunos. Só por isso, tem um perfil diverso, embora não oposto, se comparada às revistas anteriores.

A produção acadêmica dos alunos da graduação, por melhor que fosse, não tinha um canal de divulgação pela Faculdade, o que, evidentemente, sufoca os jovens.

O primeiro artigo de Clóvis do Couto e Silva, *A teoria da causa no direito brasileiro*, foi escrito quando ele era aluno e publicado na revista acadêmica — após, republicado no livro organizado por Véra Fradera. Esse espaço para que os alunos exponham suas ideias, suas pesquisas, o resultado do processo de amadurecimento que estão vivendo é crucial.

O que leva a Faculdade são os alunos da graduação. O que mantém a narrativa são os alunos da graduação. Quem vem de fora pode ficar aqui quinze anos, vinte anos, trinta anos, mas não terá memória do que é a Faculdade. É totalmente diferente.

A Revista também abriu um canal de diálogo com estudantes de outras faculdades. Nota-se, cada vez mais, a absoluta importância da interdisciplinariedade, não só com as ciências sociais, com a história e com a filosofia, nossos tradicionais parceiros, mas também com a engenharia, com a computação, com a neurologia, com a medicina e assim por diante.

Esta Revista aponta para a importância do pensar, e ninguém pensa se não lê e se não escreve. Nós chegamos, hoje, a uma importância absolutamente fundamental da produção acadêmica certificada, tal qual essa que a Revista se propõe a fazer, não enquanto uma colagem produzida por uma máquina de inteligência artificial, mas enquanto um trabalho do pensamento.

Então, eu posso concluir essa narrativa, esses pedaços de memória que eu trouxe hoje aqui com algo absolutamente singelo: pensar. Nada substitui o trabalho do pensamento, e o trabalho do pensamento exige, para ser regado e cultivado, o ato da leitura e o ato da escrita. Se vocês têm uma revista que se propõe a isso, então a vida é boa, tudo fica bem.

Que venham os próximos quinze anos, e depois mais quinze!

Após, a Professora complementou:

Segundo Paolo Grossi, um dos juristas de maior relevo em minha formação, o mundo que nós conhecemos, o direito, o mundo da lei, das decisões jurisprudenciais, da doutrina, corresponde ao cume das montanhas. Porém, abaixo desse cume que nós vemos, há uma imensa montanha submersa, que nós não vemos. Evidentemente, conhecer só o cume não nos leva a conhecer a montanha. Nós precisamos conhecer a montanha.

Para conhecer a montanha, é absolutamente imprescindível conhecer a história, ter presentes as ciências sociais, as relações de força e de poder, relações que se entrelaçam e são sempre complexas, nunca são lineares. Uma pessoa sai da Faculdade com formação, e não apenas com informação, quando se dá conta disto: que precisa buscar compreender o que está na base das montanhas submersas.

Não devemos nunca esquecer-nos do seguinte: com que nós lidamos quando operamos nossas categorias, institutos e regras? Com a vida, com relações humanas. Se nós não compreendermos isso, que estamos lidando com relações humanas, as quais são sempre interrelações, não teremos compreendido nada. Para isso, precisamos não só da história, das ciências sociais, da filosofia, como também de muita, muita literatura. A literatura é o espelho invertido do direito.

Na vida, precisamos tanto de certezas, que nos assegurem e nos deem estabilidade, quanto da surpresa, do inusitado, do diverso. Isso é-nos dado em medidas iguais pelo direito e pela literatura. A literatura vem para surpreender-nos, para pôr em causa nossas certezas, para mostrar-nos um outro ponto de vista, uma outra maneira de pensar os cenários. Já o direito vem dizer-nos: nisto aqui, pode ficar calmo, porque tem uma regra que assegura. Temos de juntar esses dois polos. Pensar é ter espírito crítico.

A tanto seguiu-se, ademais, a manifestação de antigos integrantes da equipe da Revista: Bruno Irion Coletto, Bruno Rodrigues da Silva e Bráulio da Silva de Matos, todos fundadores da “Res”, além de Matheus Pereira Rocha e Rafael Wobeto Pinter, dois dos responsáveis pela reativação da Revista em 2016. Suas falas tornaram o evento ainda mais

significativo e tocante, sublinhando a importância da produção acadêmica em nível de graduação e do engajamento dos estudantes em objetivos transcendentais. Por isso mesmo, eu não poderia deixar de imprimir eco a excertos dessas, o que faço abaixo:

O momento do lançamento do primeiro número da Revista Res Severa Verum Gaudium, dado no dia 9 de setembro de 2009, foi simbólico também por estar acontecendo dentro da Biblioteca. A Faculdade havia sido reformada e reaberta em 2005, porém a Biblioteca permaneceu fechada, entre 2005 e 2008, com catalogação dos livros, no momento pós-reforma e reapropriação do edifício. Tornou-se uma pauta discente que a Biblioteca passasse a funcionar. O momento do lançamento da Revista era simbólico, pois estava relacionado à reabertura da Biblioteca.

Nós entendíamos A Toga como um jornal, um jornal de circulação das notícias do cotidiano do Centro Acadêmico e dos estudantes da Faculdade como um todo.

Assim, nós conseguimos estabelecer, do ponto de vista da comunicação dos estudantes, uma revista que era para ser científica. Afinal, A Toga, em alguns momentos, foi isso, veiculava artigos científicos. Depois, voltou a ser um jornal, resgatando sua origem.

(Bruno Irion Coletto)

Há quinze anos, eu não imaginava que fôssemos chegar a esse ponto. Isso é graças ao empenho de pessoas que vieram depois de mim, que eu nem conheço. Fiquei extremamente feliz de ter visto que essa revista permaneceu, sobreviveu a diversos percalços, e agora está, em minha visão, mais forte do que quando foi criada e concebida.

Na Faculdade, tivemos a ideia de criar uma revista, para poder publicar os artigos científicos de nossos colegas, para incentivar a produção acadêmica de nossos colegas.

Tem tantas tradições sendo construídas na Faculdade de Direito da UFRGS. Porém, a tradição é a perspectiva do presente. Minha perspectiva, de quem criou, é de legado.

Eu vi a Revista quando nós a criamos, após tendo “um pouquinho” de persistência e, enfim, morrendo gradativamente. Fiquei tão feliz de ver que ela ressurgiu! Tudo isso é graças ao espírito acadêmico dos graduandos. Pela valorização dos estudantes de direito, a Revista nasceu; em função da força de nós todos, ela continuará a existir.

Muito obrigado por terem mantido esse sonho vivo!

(Bruno Rodrigues da Silva)

Todo esse senso de comunidade, que vimos aqui, o qual vem desde a Revista Quixote, e esse sentimento de autonomia da produção intelectual do jovem que se encontra na graduação — no sentido de que a palavra do graduando também tem valor e merece ser ouvida — sempre nos moveu, no movimento de reativação da Revista, em 2016.

Começamos a buscar essa história, a fim de verificar como veicular as pesquisas que produzíamos na graduação. Então, foi como se tivéssemos descoberto um tesouro.

Nós comentávamos que tinha “um monte de gente” fazendo pesquisas incríveis na Faculdade e que nada disso era publicado, ou às vezes até era publicado, mas com o graduando como segundo autor, porque tinha que vir como primeiro autor alguém de maior titulação. Onde vão ficando essas pessoas, ao longo dos anos? Isso não aparece. Então, voltamos atrás para ver o que já havia sido feito na história da Faculdade, o que tantas mentes geniais que passaram pela Faculdade fizeram na graduação. Encontramos Quixote, Tobias Barreto, A Toga, *L’Ami du Peuple*. Encontramos, finalmente, a “Res Severa”, a qual estava inativa desde 2011.

Tomamos o Regimento Interno de 2009 e fizemos algumas modificações, a fim de modernizar e autonomizar a Revista e levá-la adiante. Porém, para tanto, foi necessário convocar uma Assembleia Geral dos Estudantes, o que se deu, com êxito, em dezembro de 2016. A versão final do novo Regimento Interno foi fechada em 25 de dezembro de 2016. Estávamos muito empolgados, querendo logo disparar o primeiro edital de seleção de artigos. Anunciamos, na virada do ano, a retomada dos trabalhos da Revista.

O que considerávamos, no período de retomada, é que o trabalho do aluno da graduação tem valor e que se faz preciso dar espaço e produzir registro e memória do trabalho do aluno da graduação. Por mais que hajam aprimoramentos a realizar, essa é a forma mais genuína de estimular a dedicação acadêmica.

Esta é a mensagem: o trabalho do aluno da graduação deve ser visualizado. Hoje, lemos os trabalhos de Almiro do Couto e Silva e Raymundo Faoro, publicados quando eram estudantes. No futuro, serão outros jovens que lerão a presente geração, dizendo: “nossa, eles também publicavam”.

(Matheus Pereira Rocha)

Progressivamente, e aqui dirijo-me à conclusão, nós inserimo-nos na tradição cultural da Faculdade de Direito da UFRGS, e, com isso, um nome tão trivialmente empregado para referir essa instituição ganha sentido e significado em nosso imaginário: “Casa”.

Foi, com efeito, um momento de reencontro e materialização da Revista *Res Severa Verum Gaudium*, de reforço de seu peso e de valorização da coragem para, no futuro, fazê-la crescer mais e mais, alçando voos cada vez superiores.

O décimo volume, o qual, na espécie, eu tenho a máxima honra de inaugurar, é só mais um passo nesse sentido. Desde 2009, este periódico vem se dedicando a oferecer a oportunidade de publicação a pessoas ainda não ingressas em nível de doutorado, bem como a fomentar o debate acadêmico no ambiente da Faculdade de Direito da UFRGS. Tenho a confiança de que, pelo presente número, tais objetivos foram e serão cumpridos com primor. Apresentamos artigos de estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação *lato sensu* e estudantes de mestrado, vinculados a instituições de destaque como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e, é claro, a UFRGS. Os temas são, certo, os mais variados, abrangendo desde o direito civil e o direito do consumidor até à história do direito e à filosofia do direito.

Nessa toada, estendo as saudações de gratidão a todos aqueles que, de alguma sorte, contribuíram para a existência do número e, no geral, da Revista: estudantes e professores da Faculdade de Direito da UFRGS a compor a Equipe Editorial e o Conselho Editorial, autores,

pareceristas e, por óbvio, leitores. Os elementos aqui referidos são imprescindíveis e indispensáveis, dependemos, sempiternamente, de todos e cada um.

Agradeço, ademais, ao Prof. Dr. Luis Renato Ferreira da Silva, o qual muito gentilmente cedeu um artigo de sua autoria, ainda inédito, com vistas à publicação neste número, na seção de autores convidados, sendo isso motivo de profunda honra para o projeto, sensação que se intensifica uma vez tratar-se de trabalho acerca de tema extremamente pertinente e candente, o Projeto de Reforma do Código Civil, com uma abordagem profunda e inovadora. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Luíza Leão Soares Pereira, que realizou a curadoria do segundo texto para a seção de autores convidados, possibilitando ao periódico a veiculação de um texto fundamental para o estado da arte do direito internacional público, de autoria da Juíza Hilary Charlesworth, da Corte Internacional de Justiça, fator de tremendo abrilhantamento no que toca à continuidade das atividades da Revista.

Por fim, agradeço, com especial destaque, a estes que passaram a ser os parceiros institucionais da Revista *Res Severa Verum Gaudium*: Judith Martins-Costa Advogados, Matter, Boettcher, Zanini & Souza Advogados, Gerson Branco Advogados, Pons & Coletto Advogados e Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por possibilitarem e viabilizarem a retomada de uma tradição perdida em 2010, isto é, a impressão de exemplares dos números do periódico. Trata-se, em minha visão, de um bastião formidável para o projeto, afinal representa uma crescente materialização e visibilização daquele no seio da Faculdade de Direito da UFRGS, bem como consubstancia um impulsionamento do alcance e do significado da produção acadêmica em geral e da produção acadêmica dos alunos da graduação da Faculdade em específico.

Nessa esteira, como derradeiro marco da série de celebrações, desvelo um atualizado trabalho de capa para a Revista, o qual procura simbolizar o encontro perfeito entre o direito e a arte, a tradição e a contemporaneidade, o Velho e o Novo Mundo, renovando-se continuamente a cada número. Esta capa indica o caminho de repositório cultural e de agente da produção acadêmica de alto nível que, mais e mais, afigura-se para a Revista *Res Severa Verum Gaudium*, refletindo e projetando o sonho da persistência do projeto, pelas mãos de estudantes da graduação, por mais quinze anos, dez volumes, outros quinze anos e outros dez volumes.

Sendo assim, faço votos, em nome da Equipe Editorial da Revista Res Severa Verum Gaudium, de que a leitura dos trabalhos publicados neste v. 10, n. 1, de agosto de 2025, o qual ora revela-se, guarde significado, nos corações e mentes de todos os interessados, dentro de nossa Faculdade de Direito e muito além.

Boa leitura!

Porto Alegre, 27 de agosto de 2025.